Crise da Democracia? Presente e futuro do Estado-nação

Crisis of Democracy? Present and future of the nation-state

Marcio Renan Hamel¹

Resumo: A presente pesquisa busca investigar as possíveis causas do enfraquecimento da democracia liberal e prováveis soluções de sua salvaguarda. Para dar conta deste propósito o texto está dividido em três seções. A primeira seção aborda a ambivalência do conceito de democracia, seus diferentes graus e globalização. Na segunda seção é trabalhada a formação do Estado-nação e seu enfraquecimento frente a intensificação do mundo globalizado. Por derradeiro, a terceira seção trata as causas diretas do enfraquecimento da democracia e caminhos viáveis para sua

1 Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (2013). Possui estágio de Pós-Doutorado na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões - URI Santo Ângelo. Advogado autônomo - Exercício de Advocacia Privada e Professor Assistente III da Universidade de Passo Fundo. Atualmente é Coordenador de Pesquisa da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo - UPF/RS. Tem estudos a partir da filosofia iluminista e de Jürgen Habermas. Atua nos seguintes temas: fundamentação do Direito, democracia, deliberação e participação popular, emancipação social, iluminismo, pós-colonialismo, procedimentalismo, reconhecimento e tolerância.

manutenção. Enquanto conclusão, a pesquisa aponta, de forma geral, para a necessidade do fortalecimento da democracia para sua manutenção.

Palavras-chave: democracia; Estado-nação; globalização, mercado.

Abstract: The present research seeks to investigate the possible causes of the weakening of liberal democracy and probable solutions to safeguard it. To achieve this purpose, the text is divided into three sections. The first section addresses the ambivalence of the concept of democracy, its different degrees and globalization. The second section deals with the formation of the nation-state and its weakening in the face of the intensification of the globalized world. Finally, the third section deals with the direct causes of the weakening of democracy and viable ways of maintaining it. As a conclusion, the research points, in general, to the need to strengthen democracy for its maintenance.

Keywords: democracy; Nation-state; globalization; financial market.

Introdução

Ao limiar da segunda década do século XXI vários teóricos buscam responder pelas incertezas e pelo futuro da democracia e do Estado-nação. Em meio ao choque de culturas, à transnacionalização dos mercados, às migrações, aos refugiados, aos genocídios, à intolerância, à fome coletiva e ao risco ambiental e também de colapso global, abre-se espaço para refletir sobre o aspecto democrático das sociedades contemporâneas juntamente aos legados da Modernidade, tais como os direitos humanos, a tripartição de poderes, o

Estado de Direito, bem como o liberalismo, afinal, a democracia é fruto dos Estados liberais.

Para enfrentar a tarefa de refletir acerca do esgotamento do Estado-nação e da viabilidade democrática na atualidade, bem como tratar a democracia como um dos principais valores do Estado Moderno, torna-se necessário uma reflexão sobre o próprio conceito de democracia, seus desdobramentos e nuances, para adentrar na reflexão sobre o Estado-nação moderno, sua ideia de soberania e sua crise hodierna frente a um mundo globalizado. Pensar o passado, seus pressupostos, seus desdobramentos, suas e experiências é como se o passado, de alguma forma, ao preparar a nova etapa da sociedade, conseguisse se perpetuar no novo momento histórico (BEDIN, 2013, p.09).

Analisar, portanto, períodos do Estado anterior ao contemporâneo mostra o quanto é importante a ideia de Estados democráticos e constitucionais. Para a consecução da referida investigação, a presente pesquisa está dividida em três seções:

a) a primeira seção aborda a ambivalência do conceito de democracia, considerando desde já a diferença entre a democracia dos antigos e a democracia dos modernos, bem como a ideia moderna e contemporânea de democracia liberal. De forma geral, o trabalho parte de conceitos gerais de democracia e também de conceitos políticos da ideia de Estado-nação, a partir dos quais faz referências a alguns regimes democráticos do mundo atual. Nesse sentido, por óbvio, cabe esclarecer que existem modelos e tradições democráticas bastante diferentes ao se considerar Estados europeus em relação a Estados da América, ou outros continentes. Não se está, dessa forma, partindo do pressuposto de paridades democráticas reais, mas sim, tão-somente, analisando o seu enfraquecimento, fato que ocorre tanto em países desenvolvidos no norte global, quando em países em desenvolvimento,

ou de modernidade tardia, no sul global, como é o caso do Brasil. Justifica-se, assim, a consulta a teóricos modernos e contemporâneos, bem como a teóricos brasileiros que pesquisam o tema na atualidade;

b) a segunda seção faz uma análise da ideia do Estado-nação como grande carro-chefe da democracia na Modernidade, questionando a sua possível falência ou substituição. Questões como a globalização, o crescimento dos mercados mundiais, a intensificação das relações internacionais, a desnacionalização do direito internacional, a relativização da soberania estatal, são temas tratados nesta seção, os quais tem contribuído também para o esgotamento desse modelo de Estado, bem como para o enfraquecimento da democracia no mundo;

c) a terceira seção trata a questão do enfraquecimento da democracia e possíveis rumos para sua manutenção, considerando as pesquisas recentes de teóricos que se dedicam ao estudo das causas da crise das democracias liberais, flertando, também, com algumas causas no caso brasileiro (país de modernidade tardia).

Por derradeiro, no que diz respeito à questão método científico, a presente pesquisa procurou construir um procedimento que combinasse vários procedimentos metodológicos, sendo, por isso, utilizados os seguintes métodos de abordagem: a) dedutivo, ao se partir de teoria geral acerca do tema proposto para se chegar a conclusões sobre situações particulares; b) indutivo, nas hipóteses em que se partiu de algumas situações concretas com relação às proposições teóricas, onde pode há ineficácia dos direitos humanos; c) analítico, referindo-se à análise conceitual e à busca pelo emprego rigoroso de conceitos. O procedimento metódico de tal análise caracterizou-se pelos seguintes momentos: análise e esclarecimento de conceitos; identificação da ideia-chave; identificação de teses, hipóteses e argumentos; identificação

de problemas e inconsistências argumentativas; tentativa de resumo e reconstrução pessoal do texto; d) hermenêutico-fenomenológico, no qual a categoria epistemológica fundamental é a compreensão e a meta é a interpretação dos fatos.

A técnica de pesquisa utilizada é a bibliográfica, cujos procedimentos são de leitura e fichamentos das obras principais, bem como de literatura secundária, análise dos dados e informações, sistematização das ideias, crítica aos autores abordados, construção de um texto, posicionamento crítico e exposição de novos argumentos para o problema levantado. Ressalta-se, ainda, que a presente pesquisa não revela qualquer caráter último acerca do tema aqui investigado e exposto, nem tem tal pretensão, mantendo-se plena a contínua abertura de novas investigações dessa problemática, enquanto característica incontroversa da ciência.

1. A ambivalência do conceito de democracia

Pesquisar sobre a democracia, a cultura política e os modelos normativos democráticos, requer inicialmente, que se tenha claro o fato de que os regimes democráticos do pós-guerra não se constituem iguais em nenhum país do mundo, em que pese sejam regimes democráticos e liberais. Evidencia-se, que já há uma diferença clara entre a democracia dos antigos e a democracia dos modernos.

Na lição de Bobbio, a democracia dos antigos se distingue da dos modernos pela maneira como o povo exerce o poder: diretamente, na praça (ágora) entre os gregos, nos *comitia* romanos e no arengo das antigas cidades medievais, ou indiretamente, por meio de representantes, entre os modernos².

2 BOBBIO, 2003, p.233.

Contemporaneamente, os Estados são governados por meio de democracias representativas e, em alguns casos, combinadas com traços de democracia direta. Como aludido, a representação é traço fundamental da democracia moderna. No modelo de democracia direta, o cidadão tem o direito de tomar as decisões que lhe dizem respeito, e não só o de eleger pessoas que decidirão por eles, sendo essa uma premissa fundamental.

Mas o que há em comum entre a democracia representativa e a democracia direta? A resposta à pergunta é o princípio da legitimidade do poder. Conforme Bobbio são dois os princípios fundamentais de legitimidade do poder: “aquele pelo qual é legítimo o poder que em última instância repousa no consentimento daqueles que são seus destinatários; e aquele pelo qual é legítimo o poder que decorre da superioridade [...]”³.

Com isso, diz-se que na democracia o poder se legitima pelo consentimento, ao contrário do que ocorre nos Estados antidemocráticos. A partir daí, há uma significativa mudança no próprio conceito de democracia, posto que o momento posterior ao pós-guerra deu origem à denominada concepção procedimental de democracia, adotada pela maioria dos teóricos da democracia e da política, como Schumpeter, Kelsen, Popper, Habermas, Putnam e Rawls.

Aqui reside um ponto importante da discussão contemporânea acerca da democracia, posto que se antes a discussão se dava em torno a maior ou menor liberdade democrática, mais ou menos direitos políticos, em analogia à liberdade dos antigos e à liberdade dos modernos, atualmente a discussão gira ao redor da pergunta pela maior capacidade de legitimidade que um modelo democrático pode suscitar ao poder do Estado de Direito.

3 BOBBIO, 2003, p.234.

Aí ganha força a discussão que envolve uma tese procedimental de democracia. No entanto, antes da análise do aspecto de uma democracia procedimental, cabe refletir sobre as causas que levam a uma baixa densidade democrática à história e à sociedade de qualquer país. Estando a ordem política condicionada ao sistema social, os diferentes graus de democracia se dão em decorrência das seguintes razões:

(a) históricas, referentes à maior ou menor continuidade de uma tradição democrática (há países nos quais o governo democrático não sofreu interrupções e outros em que os regimes democráticos se alternaram com governos autocráticos); (b) sociais, que dependem da maior ou menor heterogeneidade na composição dos grupos étnicos, raciais, de onde provém o diferente grau de integração; (c) econômicas, que dizem respeito à maior ou menor desigualdade de riqueza, de onde provém a marginalização também política das massas mais pobres e a não-correspondência entre os direitos formalmente reconhecidos e os que realmente são exercidos; e, (d) políticas, relativas à maior ou menor amplitude das classes dirigentes, de um lado, e à maior ou menor dificuldade dos estratos mais débeis da população, na medida em que sejam os mais numerosos, de organizar-se politicamente e de poder influir nas decisões que lhes interessam⁴.

No caso do Brasil, conforme esclarece Carvalho, na literatura política recente do Brasil, estabeleceu-se determinado consenso em torno da convicção da ausência de uma cultura democrática enraizada, sendo o Brasil uma sociedade desigual que conheceu uma trajetória política com largo período de ditadura e que, no âmbito das transformações mundiais, vê-se enfraquecida na forma do Estado-nação⁵. Nesse contexto, o tema é de cultura política.

O desafio passa a ser o de sustentar uma sociedade permeada por diferenças de valores nas circunstâncias

4 BOBBIO, 2003, p.241.

5 CARVALHO, 2002, p.297.

contemporâneas, onde há a vigência de um acentuado pluralismo cultural. A complexidade crescente das sociedades modernas, ao multiplicar as esferas institucionais e de valor e ao pluralizar os atores coletivos, acabou por se distanciar de forma significativa da razão democrática em abstrato, com o consequente esvaziamento do indivíduo de sua afirmação ética no mundo⁶.

Assim, o desafio da teoria democrática contemporânea é trabalhar com uma razão aliviada de sua carga moral, sem abdicação de uma razão prático-normativa da sociedade⁷. Ao defender a tese de uma política deliberativa, voltada ao entendimento mútuo ou ao consenso almejado por via comunicativa, Habermas trabalha a categoria da solidariedade como terceira fonte de integração social. Tal procedimento democrático cria coesão interna entre negociações, discursos de auto-entendimento e discursos sobre a justiça, de forma que,

a razão prática desloca-se dos direitos universais do homem ou da eticidade concreta de uma determinada comunidade e restringe-se a regras discursivas e formas argumentativas que extraem seu teor normativo da base validativa da ação que se orienta ao estabelecimento de um acordo mútuo, isto é, da estrutura da comunicação lingüística.⁸

Mesmo que se reconheça a existência do *déficit* democrático no Brasil, conforme apontado por Carvalho, representado pela dissociação entre as instituições e o governo e o conjunto de opiniões e interesses em circulação na sociedade, tal fato não inviabiliza a busca de uma cultura política viável a projetos deliberativos ou associativos, ainda que em contextos de democratização periférica⁹.

6 CARVALHO, 2002, p.308.

7 HABERMAS, 1992, p.358-359.

8 HABERMAS, 2002, p.278.

9 CARVALHO, 2002, p.310.

Nesse contexto, a ideia de capital social presente na obra de Putnam, tem como característica a de se construir enquanto um bem público, de forma que do cidadão com sentimento cívico e participativo se pode esperar atitudes e comportamentos positivos em relação ao bem comum¹⁰. Isso em razão de que o capital social é um atributo da estrutura social na qual os cidadãos estão inseridos, os quais o detém e dele se beneficiam, sem que o mesmo seja propriedade particular de algum deles.

A política deliberativa encarna a categoria da solidariedade, possível à modernidade tardia, mediando as tensões entre o Estado e o mercado e domesticando a razão instrumental permeada no mundo da vida, aprimorando a integração social em uma esfera pública procedimentalizada. Entretanto, ao que tudo indica, parece que a questão a ser discutida no Brasil atual não é aquela de se o país pode ser espaço de discussão democrática por via deliberativa, mas sim a de saber se a democracia brasileira, assim como as democracias de vários países do mundo tais como Suécia, Alemanha, Holanda, corre risco de desintegração. Logo, o que está em jogo é a manutenção da própria democracia representativa.

Em uma era onde segundo Faria, entre as inúmeras consequências das novas formas de organização econômica e configurações de poder advindas da reestruturação do capitalismo e da reordenação da riqueza, tem-se a transnacionalização dos mercados, a reordenação da riqueza, o desenvolvimento das telecomunicações e a compressão do tempo e espaço por elas propiciado, estão modificando formas e práticas jurídicas, afetando a estrutura, a funcionalidade e o alcance do direito positivo¹¹.

10 PUTNAM, 2000, p.180.

11 FARIA, 2002, p.59.

No entendimento de Faria, quanto maior é a velocidade das inovações científico-tecnológicas, bem como do aumento da diversidade de bens, maiores são as dúvidas, incertezas, perplexidades e perigos com relação aos seus efeitos. Dessa forma, ocorre uma redução da margem de autonomia das políticas macroeconômicas nacionais e o esvaziamento das políticas monetárias independentes, em razão da dolarização da economia mundial.

Com isso, o Estado-nação é progressivamente substituído pelo mercado, enquanto instância de coordenação da vida social. Os governos perdem a capacidade de esgotar os recursos tributários da economia interna, de pensar estrategicamente o futuro, de estabelecer objetivos de longo prazo, de garantir as condições físicas mínimas indispensáveis a qualquer projeto de crescimento, de promover a ideia de justiça pela ação social e de assegurar as bases fundamentais de sua legitimação, no plano político as instituições democrático-participativas organizadas em bases nacionais tendem a ser esvaziadas¹².

Cabe, assim, reforçar a ideia de que a democracia não pode ser reduzida, tão-somente, à organização de eleições livres, tendo em vista que ela deve ser avaliada pela capacidade do sistema político de elaborar e tornar legítimas, submetendo-se ao voto popular, direta ou indiretamente, exigências sociais, pressupondo que o sistema político saiba combinar a diversidade dos interesses materiais e morais com a unidade social.

Em uma sociedade absorvida pelo mercado de capitais é preciso que a sociedade civil tenha maior espaço participativo, considerando-se que a coletividade deve afirmar seu direito de autodeterminação e capacidade de gerir seus próprios assuntos. Aí se podem pressupor os meios capazes

12 FARIA, 2002, p.70.

de intensificar a democracia e o direcionamento administrativo, perpassados pelas ideias de política deliberativa ou capital social aliado às inovações tecnológicas em sociedades altamente complexas e periféricas.

2. Estado-nação como pedra de toque da democracia: falência ou substituição?

O Estado-nação, que posteriormente passou para a forma de Estado-região e, por último, para Estado-comunidade, começa a ser estruturado ao final da Idade Média. Para melhor compreensão das transformações sofridas pelo Estado Medieval, cabe esclarecer algumas características deste período, as quais se dissolvem ao longo do início da Modernidade.

Dessa forma, a Idade Média possui cinco características fundamentais:

é um período histórico bastante amplo, que envolve mais ou menos mil anos; é um período histórico de transição entre o mundo antigo e o mundo moderno; é um período histórico marcado por formas de sociabilidade predominantemente rurais ou agrárias; é um período histórico sob o domínio do poder da Igreja; é um período histórico muito complexo, que pode ser subdividido em vários períodos de menor duração, os quais possuem, internamente, pressupostos e formas de organização e de articulação próprios¹³.

A Idade Média foi um período que sofreu forte influência da Igreja, a qual por sua vez é a herdeira política do Império Romano, sendo que os mosteiros eram os principais centros culturais até o advento do Renascimento. O nascimento do Estado moderno se dá, praticamente, com dois movimentos: o processo de centralização, passou-se do poder

13 BEDIN, 2013, p.15.

disperso e local, como na Idade Média, a um poder situado num foco axial, sendo que os senhores feudais que detinham o poder em cada uma de suas sedes territoriais, perdem-no aos poucos para o monarca, que o exerce em um centro, unificando politicamente o reino; e, segundo a concentração do poder nas mãos do monarca, conforme assinala Bedin¹⁴.

O processo de centralização e concentração da política que deu origem ao Estado Moderno esteve também sempre referido a um grupo humano específico, isto é, um povo, uma nação. Acentuando-se a ideia de centralização e concentração do poder, verifica-se que, “historicamente, o Estado moderno caracterizou-se também pela devoção à nação e por profundo sentimento de orgulho nacional”¹⁵.

A respeito do início do Estado Moderno e suas fundações teóricas, três pensadores se destacam: Maquiavel na política, Hobbes no fundamento contratual do poder e Bodin na soberania. A política tem sua especificidade, cujo fim é o poder centralizado no Estado, ao passo que, no exercício do poder, os fins justificam os meios. Maquiavel opera importante separação para o pensamento político moderno, entre política e moral, priorizando a autonomia política como arte de governar e como arte de conquista e de manutenção do poder. Nesse sentido o mundo moderno se afirma por si só, não há nenhum ponto transcendental, ao passo que ao final da Idade Média, o Estado fica cada vez mais laico.

Torna-se, então, necessário fazer uma análise acerca da definição do Estado de Direito, o que implica na compreensão do próprio Estado moderno. O Estado de Direito é um Estado subordinado ao direito, o que implica em três situações: primeiro, o Estado está sujeito ao direito, em especial a uma Constituição; segundo, o Estado atua através

14 BEDIN, 2005.

15 BEDIN, 2013, p.85-86.

do direito; e, terceiro, o Estado está sujeito a uma ideia de justiça¹⁶. Nesse sentido é o Estado que defende os direitos fundamentais e a segurança de seus cidadãos e que tem por base o princípio da razoabilidade, da responsabilidade por seus atos e o respeito pela via judicial. Estruturando-se por meio da divisão dos poderes e descentralização de suas atividades.

De acordo com Held seis desenvolvimentos sucessivos foram de grande importância na história do sistema de Estado: a) a crescente coincidência dos limites territoriais com um sistema de governo uniforme; b) a criação de novos mecanismos de elaboração e execução das leis; c) a centralização do poder administrativo; d) a alteração e extensão dos controles fiscais; e) a formalização das relações entre os Estados ante o desenvolvimento da diplomacia e das instituições diplomáticas e f) a introdução de um exército permanente¹⁷. Ainda conforme o autor, o Estado, em seu desenvolvimento, de Bodin a Hobbes, de Locke a Rousseau, teve a teoria da soberania se conformando com a teoria das possibilidades e condições do exercício legítimo do poder político, ao passo que o Estado passou a ser uma forma de vida:

La idea de la soberanía del Estado fue la fuente de la idea del poder estatal impersonal. Pero también fue el marco legitimamente de un sistema de poder centralizado em el cual todos los grupos sociales, más tarde o más temprano, procuraron participar. Como habrían de combinar-se de forma coherente la soberanía estatal y la soberanía popular fue una cuestión que disto mucho de encontrar una respuesta definitiva¹⁸.

Conforme aponta Ferrajoli na primeira metade do século XX, desenvolveu-se uma série de eventos político-

16 BEDIN, 2002, p.175.

17 HELD, 1997, p.58.

18 HELD, 1997, p.69.

-institucionais, quais sejam: o Estado nacional e liberal-democrático que vem se afirmando na Europa, enquanto internamente outorga para si um ordenamento complexo fundado na limitação dos poderes do soberano e na sua sujeição à lei, sendo que em seguida, a representação e na participação popular (democracia representativa), onde liberta-se, nas relações externas com os demais Estados, de qualquer vínculo e freio jurídico¹⁹.

Posteriormente, a ideia de Estado de Direito, que de acordo com Bedin é um Estado democrático e republicano, ou seja, um Estado alicerçado na soberania popular e na defesa e no cuidado com o bem público, a partir do século XVIII inicia-se com o Estado moderno, com afirmação em 1648 (Paz de Westfalia)²⁰. O Estado aparece agora como único ente soberano. Posteriormente a 1948, a soberania tem um caminho externo e interno (Revolução Francesa), sendo que há uma efetiva democratização do poder.

Pode-se dizer, que até 1948 há um império absoluto da soberania nas relações internacionais. De 1648 à 1948 a guerra é o meio para se chegar ao poder. O equilíbrio do poder, somente surge com o poder que pode frear outro poder, sendo que após 1948 se inicia uma tradição de direitos humanos, bem como várias transformações da sociedade.

Dentro desse contexto, a partir de 1948, novos atores vão sendo reconhecidos. Além do Estado, haverá outros atores internacionais, iniciando-se um processo de uma sociedade relacional para uma sociedade institucional, onde o conceito forte agora é o de “comunidade”.

Cria-se, dessa maneira, uma nova dinâmica nas relações sociais internacionais, com ênfase no Direito. O ano de 1948 é o ano da Declaração Universal dos Direitos do Ho-

19 FERRAJOLI, 2002, p.34.

20 BEDIN, 2002, p.178.

mem e o conceito já não é mais de equilíbrio de poder, mas de verticalização do poder internacional. O século XXI tem uma lógica de governança que está em todo o lugar e não está em lugar nenhum, ao passo que o mundo das fronteiras começa a se diluir. Os novos atores sociais foram fundamentais para esses novos processos de mudanças: organizações não-governamentais; empresas transnacionais.

Ante o surgimento de novos atores internacionais, o conceito de centro e de periferia está ligado à ideia de imperialismo, estando ligado à teoria da interdependência. Atualmente, tem-se “convivência”, típica da sociedade internacional, uma nova etapa da sociedade internacional, chamada sociedade internacional contemporânea.

Nessas “novas relações internacionais” estão presentes os direitos humanos, como direitos pós 1948. Os Estados passam a se tornar livres para o exercício de sua soberania, sendo que no século XXI há uma relação entre “soberania” e “interesse geral da humanidade”. Com isso

se a Segunda Guerra representou a “ruptura” para com os Direitos Humanos, o pós-Segunda Guerra deveria representar a sua reconstrução. O processo de internacionalização dos direitos humanos causou impactos na comunidade mundial. Um deles foi o de colocar os indivíduos na posição central – de há muito merecida – de sujeitos de direito internacional, dotando-se de mecanismos processuais eficazes para a salvaguarda dos seus direitos internacionalmente consagrados²¹.

O momento da humanidade passa a ser de transição, mas para onde se vai não se sabe. O direito humanitário começa a colocar alguns limites à sociedade, havendo uma necessidade de se fazer uma mediação do poder. Surgiu a obrigação de outras mediações que não o próprio poder. O cenário de guerra faz com que se busque novos padrões para

21 MAZZUOLI, 2004, p.347.

o exercício do poder. A partir de 1945/48 surge um novo contexto, sendo que com a criação da ONU este processo fica mais complexo. Não bastam relações de poder, há que se ter padrões éticos e padrões jurídicos internacionais.

Os direitos humanos como um tema global, trata mais do que discutir a guerra, o tema é meio ambiente e direitos humanos. Nas relações internacionais ocorreram declarações de direitos humanos. Para o século XXI, a questão é a de “como acabar com as desigualdades?”, “como o Estado vai dar materialidade a uma cidadania que já é pós-nacional?”. Os direitos humanos pós 1948 se tornaram a agenda global; é um mundo bem diferente da sociedade moderna e bem mais complexo.

O nascimento da Organização das Nações Unidas (ONU) marca um novo tempo na história da humanidade, quando “esse paradigma da soberania externa atinge seu máximo fulgor e, simultaneamente, sua trágica falência na primeira metade do século XX, com aquela nova guerra europeia dos trinta anos”²². O conceito de soberania é rompido a partir de 1948, ao passo que de 1648 até 1948, o Estado é o único ente soberano, o qual pode utilizar de meios até violentos para realizar o seu fim. A partir de 1948 a guerra já não é bem vista, sendo que até essa data, o Estado tem o direito de fazer a guerra para concretizar os fins nacionais.

Muda-se completamente a posição do cidadão nas relações internacionais, existindo agora, uma nova ordem: direito internacional e direitos humanos. Por meio da proteção internacional o cidadão também tem direitos e proteção nas relações internacionais. Todavia, em que pese o estabelecimento desta nova ordem mundial, a ONU não possui instrumentos para fazer valer os direitos, o que acaba por caracterizar a figura do “terceiro impotente”.

22 FERRAJOLI, 2002, p.39.

No pós 1948 se quer um Estado de Direito nas relações internacionais, uma consequência jurídica que diga o que é certo e o que é errado. Em relação a atuação do “terceiro impotente”, Ferrajoli assim argumenta:

Mas isso quer dizer que suas violações são hoje interpenetráveis como fruto da antinomia não resolvida do antigo princípio vitoriano da igual soberania dos Estados, não mais simplesmente com o direito natural, mas com os princípios positivos do novo direito internacional, enquanto a ausência de garantias idôneas contra tais violações por obra dos Estados é, por sua vez, configurável como uma lacuna indevida que deve ser preenchida²³.

Ferrajoli frisa que o Estado deve ser repensado em suas relações internacionais, uma vez que com a diminuição da soberania externa devido ao fim dos blocos contrapostos, surgem problemas sociais de natureza global. Nos tempos atuais, a questão da fome ultrapassa as fronteiras nacionais e só ações globais poderão alterar tal realidade.

Nesse contexto, Estado, Constituição e Direitos Fundamentais são relações históricas, sendo que deveriam ser declarados comuns, como de um mundo único. Assim, Ferrajoli entende que a crise dos Estados pode ser superada, se for aceita a despotencialização e o deslocamento para o plano internacional das sedes do constitucionalismo que, de forma tradicional, são ligadas aos Estados. O autor entende, pois, que o “direito moderno nada tem de ‘natural’. Ele é, com certeza, como as relações de força o determinam. Mas também é, mais em geral, como o querem e o constroem os homens, com suas reivindicações e suas lutas, e inclusive com as elaborações dos filósofos e juristas”²⁴.

Caminha-se para uma desnacionalização do direito internacional, sendo apontado conforme Sarmiento, três

23 FERRAJOLI, 2002, p.43.

24 FERRAJOLI, 2002, p.58.

processos distintos que têm como denominador comum a relativização da soberania do Estado: “a universalização da tutela dos direitos humanos, a integração dos Estados através de blocos regionais, e a expansão de um direito paralelo aos Estados (*lex mercatoria*), adotado pelas empresas transnacionais (...)”²⁵. Dessa forma,

os blocos regionais que surgiram na esteira do processo de globalização constituem associações de Estados que, objetivando coordenar as respectivas ações entre si e em face de terceiros, notadamente no campo das trocas internacionais, sujeitam-se a consideráveis restrições em sua capacidade de autodeterminação (...)”²⁶.

Somente após 1948 é que surge o controle da força nas relações internacionais. Há, pois, um cenário internacional cheio de nuances. Até o ano de 1948 há baixa governabilidade internacional. A partir da criação do FMI – Fundo Monetário Internacional e da OMC – Organização Mundial do Comércio, as relações internacionais vão ficando bem mais complexas.

No mundo pré-1945 os Estados tinham uma capacidade de autodeterminação bem superior, sendo que conforme aponta Zacher, hoje é cada vez mais custoso aplicar a força, há um ruir dos pressupostos de Vestfália e há uma difusão do sistema democrático²⁷. É possível pensar que os Estados ainda têm um papel importante, porém, não mais com soberania, uma vez que não há como os Estados não se submetem à governança global. Os Estados não têm mais acesso à soberania, sendo que o mundo acontece instantaneamente, é um mundo bem diferente, fato que também leva a um ruir da Paz de Westfália.

25 SARMENTO, 1999, p.59.

26 LEWANDOWSKI, 2004, p.115-116.

27 ZACHER, 2000, p.89.

Os Estados são soberanos? Não. A soberania absoluta não pode mais ser afirmada, a guerra tem se tornado custosa, tem um custo político e humano, não conseguindo se afirmar nas relações internacionais. Aos poucos as guerras vão se tornando um mau negócio.

Naturalmente, algumas das organizações mais importantes, do ponto de vista desta análise, são as do tipo da Anistia Internacional, preocupadas com a promoção dos direitos humanos. Em terceiro lugar, tem havido alguns movimentos incipientes que favorecem a formação de regimes de direitos humanos baseados nos valores da democracia liberal, tendência que deve crescer gradualmente. Por fim, as democracias tendem a não recorrer à guerra entre si, o que é muito importante²⁸.

Para um destino comum os Estados precisam se tornar muito diferentes, pois em uma sociedade complexa, a questão é a de “como olhar o homem como sendo parte do mesmo projeto?”. A partir de agora, o Estado-nação não é mais o único ente soberano.

A globalização é uma mudança profunda, a partir do global,

a emergência do fenômeno da globalização do mundo configura-se como uma grande mudança histórica, caracterizada por uma maior interdependência global, em que o centro da articulação da sociedade internacional desloca-se, em boa medida, dos Estados soberanos para os novos atores das relações internacionais (organizações internacionais, empresas transnacionais, organizações não-governamentais etc.)²⁹.

Internacionalização e globalização são termos que não podem ser usados como sinônimos. A diferença reside no fato de que o conceito de internacionalização tem suporte no

28 ZACHER, 2000, p.132.

29 BEDIN, 2005, p.80.

desenho conceitual de nação e em suas características determinantes que culminam na configuração do Estado-nação, o fenômeno da globalização da economia objetiva neutralizar, transgredir suas fronteiras e desconhecer nacionalidades, através da diversificação de atores.

Difícilmente se pode dizer que a vida é nacional, pois cada vez é mais internacional. A primeira consequência estrutural da globalização conforme Bedin é o declínio do conceito de soberania e redefinição do papel do Estado, uma vez que o Estado passou a desempenhar novas funções, a exemplo da formação de blocos econômicos regionais e criação de inteligência artificial³⁰. A segunda consequência é a crescente complexidade das relações internacionais, pois com o ruir da sociedade internacional de Vestfália ocorreu uma grande complexidade com a possibilidade de construção de alternativas mundiais de forma mais integrada. A terceira consequência é a multiplicação dos atores internacionais, entre os quais destacam-se as organizações internacionais, as organizações não-governamentais e as empresas transnacionais.

O que importa realmente à globalização contemporânea é o poder dos mercados globais, os quais se consolidam pela força das instituições financeiras criadas no período do pós-guerra, bem como os agentes globais como empresas transnacionais, onde as dimensões apresentadas são cada vez mais globais e neoliberais. Trata-se, enfim, de concentrações grandes de riquezas para poucos e perversas exclusões para muitos. É uma sociedade em que já não é mais local nem nacional, tampouco internacional, que conforme Oliveira é uma sociedade original e desconhecida, com configurações transnacionais, interdependentes e pluralistas³¹. Dessa maneira,

30 BEDIN, 2005, p.82.

31 OLIVEIRA, 2005, p.304.

a globalização presente nos séculos XX e XXI mostra-se como processo inédito e em potencial, envolvido em um sistema mundial que enfrenta diversidades culturais e frequentemente desencontros e conflitos, no qual o local e o global constituem dialético processo de transformações e, às vezes, necessitando de novas modelagens em virtude de suas conexões interdependentes³².

Há, também, um crescente reconhecimento dos direitos humanos, o que torna a questão em um tema global. Tal processo teve início com a Declaração Universal dos Direitos do Homem em 1948, Pactos Internacionais dos Direitos Cívicos e Políticos e dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, consolidando-se com a Conferência de Viena sobre Direitos Humanos de 1993.

Há, portanto, uma tarefa de conformação de uma governança global democrática, ao mesmo tempo em que “há a necessidade de conformação de um novo modelo de desenvolvimento, que seja democraticamente construído, ecologicamente sustentado e humanamente justo”³³.

Em meio ao enfraquecimento do Estado-nação e a intensificação do processo de globalização, com conseqüente imposição do capital às relações sociais, relativização da soberania estatal e flexibilização das fronteiras territoriais, também a democracia começa a apresentar dificuldades de sustentação ante tal contexto. O enfraquecimento da democracia é flagrante, e isto, por vários e profundos motivos existentes e vivenciados pelas sociedades democráticas contemporâneas, inclusive o Brasil.

No dizer de Mounk, alguns economistas chegam a afirmar que não se pode ter democracia, globalização e Estado-nação ao mesmo tempo. Por outro lado, “alguns filósofos abraçaram o fim do Estado-nação, concebendo

32 OLIVEIRA, 2005, p.203.

33 BEDIN, 2005, p.95.

soluções predominantemente internacionais para os problemas econômicos que enfrentamos hoje”³⁴. No entanto, Mounk entende que trata-se de uma abordagem equivocada e que, para preservar a democracia, precisa-se descobrir o que o Estado-nação deve fazer para retomar o controle de seu destino”³⁵.

Em trabalho sobre a crise do modelo do Estado de bem-estar social, Habermas argumentou que o limiar do século XXI o futuro está voltado ao pessimismo, considerando o perigo planetário de aniquilação dos interesses vitais gerais, considerando o crescente armamento atômico, o empobrecimento estrutural dos países subdesenvolvidos, as desigualdades crescentes nos países desenvolvidos, bem como o aumento da tecnologia da informação que chega a consciência do público, motivos pelos quais se pode explicar o fato do esgotamento das energias utópicas. Aqui, Habermas sinalizou para a necessidade de uma reconciliação entre capitalismo e democracia, de forma a proteger o mundo da vida dos trabalhadores dependentes das influências destrutivas do crescimento econômico, onde o poder deve aparecer como mediação e não como autoritarismo.³⁶

A seção que segue abordará, então, algumas causas do enfraquecimento da democracia atual, bem como algumas possibilidades de seu fortalecimento e maior intensidade, porquanto, possível definir a democracia como um dos legados do Estado Moderno. A partir do enfraquecimentos das democracias contemporâneas, o Estado Moderno, em sua

34 MOUNK, 2019, p.33.

35 Conforme Mounk, “precisamos repensar o significado de ser membro de um Estado-nação moderno e de sentir que pertencemos a ele. A promessa da democracia multiétnica, na qual os membros de qualquer crença ou cor são vistos de fato como iguais, é inegociável” (2019, p.33).

36 HABERMAS, 1997, p.115.

forma clássica, começa a dar sinais de esgotamento.

3. Enfraquecimento da democracia e possíveis caminhos para sua manutenção

Na obra *A democracia no mundo hoje* publicada originariamente no ano de 1999 na Alemanha, Otfried Höffe tratou de uma reabilitação da filosofia do direito de matriz kantiana em intersecção com a ética do discurso, bem como com o debate entre liberalismo e comunitarismo. Para Höffe, o surgimento de novos atores com poder mundial, como novas empresas internacionais, instituições internacionais e transnacionais e organizações não-governamentais, destituiu o Estado unitário. Desde Platão e Aristóteles, passando pelos romanos e, posteriormente, pelo período medieval, a reformulação da teoria do Direito e do Estado na modernidade até a segunda metade do século XX, a grandeza da referência decisiva da Filosofia do Direito e do Estado tem sido a ideia do Estado unitário³⁷.

Para Höffe, a mais recente globalização, denominada de “contemporânea”, não foi sustentada pelo Estado unitário. A atual globalização significa uma tendência e não o resultado conclusivo dessa tendência, de maneira que vive-se “em uma civilização em transição, e aquela única sociedade mundial e globalmente conectada em todos os aspectos – ainda – não existe³⁸”.

Segundo aponta Castells, o modelo de democracia liberal compreende o respeito aos direitos básicos das pessoas e aos direitos políticos dos cidadãos, incluídas as liberdades de associação, reunião e expressão, protegidas pelo Direito e

37 HÖFFE, 2005, p.06.

38 HÖFFE, 2005, p.19-20.

ante a separação de poderes com eleições livres e periódicas, com possibilidade de rever e atualizar a Constituição em que constam os princípios das instituições democráticas³⁹. Pois este modelo está em crise. Ademias, cabe esclarecer que

democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder. Alguns desses líderes desmantelam a democracia rapidamente, como fez Hitler na sequência do incêndio do Reichstag em 1933 na Alemanha⁴⁰.

De acordo com Levitsky e Ziblatt a experiência pós-colonial da América Latina mostra que muitas das repúblicas recém-independentes se espelharam nos Estados Unidos ao adotar o presidencialismo, legislativos bicamerais, supremas cortes, colégios eleitorais e sistemas federais. Nem as constituições bem projetadas são capazes por si mesmas de garantir a democracia. Dessa forma, todas as democracias que pretendam ser bem-sucedidas confiam em regras informais, ainda que não se encontrem positivadas no texto constitucional ou em quaisquer outras leis, são conhecidas e respeitadas⁴¹.

Nesse sentido, Castells entende que a crise da democracia liberal resulta de vários fatores. A globalização da economia e da comunicação desestruturou as economias nacionais limitando a capacidade de resposta do Estado nação em seu âmbito de problemas, os quais são originariamente globais. Ante a lógica irrestrita do mercado, “os governos nacionais, quase sem exceção até agora, decidiram unir-se ao carro da globalização para não ficarem de fora da nova economia e da nova divisão de poder”⁴².

39 CASTELLS, 2018, p.11.

40 LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.15.

41 LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.100-102.

42 CASTELLS, 2018, p.17-19.

Mesmo que a desigualdade global tenha diminuído, tendo em vista que os países pobres têm crescido mais rápido do que os ricos, a desigualdade em quase todas as sociedades, quer seja nas economias do Ocidente quanto nas dinâmicas economias do Sul, aumentou formidavelmente. Entre os motivos encontram-se a globalização, a automação, a mudança da manufatura de serviços e o crescimento da economia digital⁴³.

Em uma análise do ponto de vista da dominação neoliberal, Han argumenta que muito mais eficiente é a técnica de poder que faz com que as pessoas se submetam ao contexto de dominação por si mesmas⁴⁴. Por isso, a atual crise da liberdade reside no fato de que ela está diante de uma técnica de poder que não rejeita a liberdade, tampouco a oprime, mas a explora. Para Han, o neoliberalismo enquanto mutação do capitalismo torna o trabalhador um empreendedor. O próprio neoliberalismo elimina a exploração alheia da classe trabalhadora, onde cada trabalhador explora a si mesmo e a sua própria empresa⁴⁵.

Soma-se a isso vários tipos de populismos surgidos recentemente mundo afora, a exemplo de Trump nos EUA, Chávez e Maduro na Venezuela, os quais não respeitam a

43 MOUNK, 2019, p.55. O aumento da desigualdade social gera várias consequências como desemprego, fome, miséria, etc. Nesse sentido, “os principais problemas políticos do momento, afirmam os populistas, podem ser facilmente resolvidos. Só é preciso bom senso. Se as empresas transferem empregos para o exterior, você deve proibir outros países de vender produtos para o seu. Se os imigrantes estão invadindo o país, você deve construir um muro. E, se você é atacado por terroristas em nome do islã, deve banir os muçulmanos” (MOUNK, 2019, p.60).

44 HAN, 2018, p.26-27.

45 De acordo com Han, “quem fracassa na sociedade neoliberal de desempenho, em vez de questionar a sociedade ou o sistema, considera a si mesmo como responsável e se envergonha por isso. Aí está a inteligência peculiar do regime neoliberal: não permite que emergja qualquer resistência ao sistema” (2018, p.16).

instituições democráticas, atacam a imprensa livre, criam inimigos a quem combater a todo o custo, etc. No Brasil recente surgiu um vertiginoso crescimento da direita, antes escondida e, por vezes até esquecida. Uma série de fatores explica o caso brasileiro, entre eles

a corrupção que provocou a prisão de grandes empresários e a queda de grandes caciques políticos; a crise dos principais partidos que dominaram a cena após a redemocratização; a longa recessão econômica e seu correlato, isto é, o desemprego em níveis intoleráveis; o agravamento assustador da insegurança nas grandes e pequenas cidades; a profunda cisão social em torno de questões comportamentais⁴⁶.

De acordo com a análise de Dunker o avanço dos direitos civis e a ampliação da cidadania pela Constituição de 1988, a revelação do mutualismo entre Estado e empreiteiras e as novas demandas de ocupação do espaço público resultaram num novo tipo de autoridade para um novo pacto social⁴⁷. Neste sistema, manteve-se o regime de controle liberal da economia, com a ocupação do Estado por grupos historicamente patrimonialistas. A democracia passa a ser tutelada, de maneira que é para quem pode pagar mais, colocando em risco não apenas a perda de direitos, mas implantação acelerada de uma nova política econômica:

a encruzilhada que a democracia brasileira enfrenta coloca de um lado o retorno a um Estado que protege e reforça laços de condomínio, definidos por grupos investidos por poderes excepcionais, e de outro a recente ampliação da democracia, que alcançou um número considerável de sujeitos que agora terão parte de seus direitos reduzidos⁴⁸.

46 FAUSTO, 2019, p.136.

47 DUNKER, 2019, p.131.

48 DUNKER, 2019, p.132.

No entender de Levitsky e Ziblatt, duas normas são fundamentais para o funcionamento da democracia, quais sejam: a tolerância mútua e a reserva institucional. Por tolerância mútua se entende que enquanto o adversário joga pela regra institucional, aceita-se que ele tenha direito igual de existir e competir pelo poder e governar. Por sua vez, a reserva institucional significa o autocontrole paciente, ou a ação de limitar o uso de um direito igual. Pode-se dizer, ainda, que a reserva institucional é o ato de evitar ações que, embora respeitem a letra da lei, violam claramente o seu espírito⁴⁹.

Para Höffe a resposta à pergunta acerca de como a humanidade consegue responder da melhor maneira ao desafio da globalização é a democracia qualificada que oferece amplo espaço a um livre jogo de forças. Höffe chama a isso de imperativo universal do Direito e do Estado, e imperativo igualmente universal da democracia. Dessa forma, aposta na ideia de solidariedade e de uma República mundial⁵⁰.

Para Mounk, a democracia liberal que prevaleceu em todo o século XX pode estar chegando ao fim. Por isso é necessário lutar pelas convicções democráticas, domesticar o nacionalismo excludente, reconstruindo, assim a confiança na política⁵¹.

Também em torno a uma ideia de democracia qualificada, Henry Richardson, entende que a soberania popular não pode ser trabalhada por meio de procedimentos democráticos instituídos legalmente, não havendo maneira de realizar tal tarefa. O importante é que os indivíduos sejam respeitados como participantes autônomos e iguais do processo deliberativo, isto é, que as decisões tomadas pelo governo

49 LEVITSKY; ZIBLATT, 2019, p.103-107.

50 HÖFFE, 2005, p.20.

51 MOUNK, 2019, p.301-314.

sejam de fato a expressão da vontade popular⁵².

Nesse sentido, Richardson defende a tese de uma soberania popular distribuída institucionalmente. Trata-se de, nas suas palavras, o “processo político tem de ser estruturado de modo tal, que respeite adequadamente a autonomia de cidadãos individuais”. Em sendo estruturado dessa maneira, pode-se considerar as decisões daí decorrentes um reflexo da vontade popular. Em verdade, trata-se da formação da vontade popular distribuída ao longo da estrutura constitucional.

Conclusão

A presente pesquisa chegou a algumas conclusões as quais podem ser enumeradas de forma a poder fomentar o debate a partir delas, considerando ainda que devido ao caráter científico e, portanto, revisional, ficam abertas para a possibilidade de um novo olhar a partir de novas fontes de observação.

Primeira nota conclusiva aponta para o fato de que os Estados contemporâneos, com algumas exceções, são governados por meio de democracias representativas e, em alguns casos, combinadas com traços de democracia direta, sendo a representação é traço fundamental da democracia moderna.

A segunda nota conclusiva assinala o fato de que mesmo o Estado-nação tendo sido a pedra do toque do Estado moderno e também da democracia moderna, o mesmo tem sido progressivamente substituído pelo mercado, enquanto instância de coordenação da vida social. Conforme demonstrou Faria, os governos perdem a capacidade de esgotar os recursos tributários da economia interna, de pensar estrategicamente o futuro, de estabelecer objetivos de longo prazo,

52 RICHARDSON, 2003, p.188.

de garantir as condições físicas mínimas indispensáveis a qualquer projeto de crescimento, de promover a ideia de justiça pela ação social e de assegurar as bases fundamentais de sua legitimação, no plano político as instituições democrático-participativas organizadas em bases nacionais tendem a ser esvaziadas.

Como terceira nota conclusiva, pode-se enumerar que como decorrência do mundo pós-1948 a entrada em cena de atores internacionais, organizações não governamentais e empresas transnacionais há uma mudança acentuada no conceito clássico de soberania, sendo que esta passa a ser relativizada no espaço internacional. Por outro lado, permanece a pergunta acerca da possibilidade de se assegurar direitos humanos universais frente uma cidadania cada vez mais pós-nacional.

Enquanto quarta nota conclusiva constata-se que o modelo de democracia liberal que compreende o respeito aos direitos básicos das pessoas e aos direitos políticos dos cidadãos, incluídas as liberdades de associação, reunião e expressão, protegidas pelo Direito e ante a separação de poderes com eleições livres e periódicas, vê-se fragmentada em meio a um mundo de muitas e profundas mudanças.

Ante o aumento das desigualdades globais o Estado-nação se vê incapaz de dar respostas internas para problemas que são originariamente globais. Nesse vácuo, o neoliberalismo como nova versão do capitalismo incute no homem trabalhador a necessidade de torna-lo um empreendedor de sucesso a partir de sua própria empresa, sendo ele o único culpado pelo próprio fracasso.

Com isso, a democracia não só perde capacidade de oferecer respostas a partir de políticas públicas eficientes, como também entram em cena políticos populistas e também de extrema direita em uma nova onda mundial de

disseminação do ódio e de repúdio ao diferente. No Brasil, a ruptura se dá a partir da corrupção sistêmica de governos recentes, na relação promíscua entre governo e empreiteiras, no achatamento da classe trabalhadora e no aumento de uma direita do ódio.

A quinta nota conclusiva, deduz possíveis caminhos para a manutenção da democracia, vislumbrando-se a necessidade de uma democracia qualificada, com amplo espaço para as disputas sociais, no caso de Höffe. Levitsky e Ziblatt, defendem que duas normas são fundamentais para o funcionamento da democracia, quais sejam: a tolerância mútua e a reserva institucional. Richardson, por sua vez, defende a tese de uma soberania popular distribuída institucionalmente, onde a vontade popular é distribuída ao longo da estrutura constitucional.

Referências

BEDIN, Gilmar Antônio. *A Idade Média e o nascimento do Estado Moderno*. Ijuí: Unijuí, 2013.

BEDIN, Gilmar Antônio. Estado, direito e justiça: em busca de um conceito de Estado de Direito. In: *Direito em debate*. Ano X, nº 16/17, jan/jun. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

BEDIN, Gilmar Antônio. Globalização e suas consequências estruturais: potencialidades e limites. In: *Revista de Integração Latino-Americana*, Ano 1, n. 02. Santa Maria: UFSM, 2005.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Cultura política, capital social e a questão do déficit democrático no Brasil. In: VIANNA, Luiz Werneck. (Org). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002.

CASTELLS, *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Tradução de Joana Angélica d'Avila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. In: *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FAUSTO, Boris. A queda do foguete. In: *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FERRAJOLI, Luigi. *A soberania no mundo moderno*. Tradução de Márcio Lauria Filho et al. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. Tradução de George Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2002.

HABERMAS, Jürgen. La nueva impenetrabilidad. La crisis del Estado de bienestar y el agotamiento de las energías utópicas. *Ensayos políticos*. Barcelona. Ediciones Península, 1997. p. 113-134.

HABERMAS, Jürgen. *Faktizität und Geltung*. Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1992.

HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

HELD, David. *La democracia y el orden global: del Estado moderno al gobierno cosmopolita*. Traducción de Sebastián Mazzuca. Barcelona, 1997.

HÖFFE, Otfried. *A democracia no mundo hoje*. Tradução de Tito Lívio Cruz Romão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KUNTZ, Rolf. FARIA, José Eduardo. *Qual o futuro dos direitos: estado, mercado e justiça na reestruturação capitalista*. São Paulo: Max Limonad, 2002.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. O fenômeno da regionalização: os blocos econômicos regionais. In: *Globalização, regionalização e soberania*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Soberania e proteção internacional dos direitos humanos. In: GUERRA, Sidney; SILVA, Roberto Luiz (org). *Soberania: antigos e novos paradigmas*. São Paulo: Freitas Bastos, 2004.

MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Tradução de Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

OLIVEIRA, Odete Maria de. *Teorias Globais: elementos e estruturas*. v. I. Ijuí: Unijuí, 2005.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RICHARDSON, Henry S. Em defesa de uma democracia qualificada. In: MERLE, Jean-Christophe; MOREIRA, Luiz. *Direito e legitimidade*. Tradução de Cláudio Molz e Tito Lívio Cruz Romão. São Paulo: Landy Editora, 2003. p.175-194.

SARMENTO, Daniel. Constituição e globalização: a crise dos paradigmas do direito constitucional. In: *Anuário Direito e Globalização*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

TOURAINE, Alain. *Iguais e diferentes: poderemos viver juntos?* Tradução de Carlos Aboim de Brito. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

ZACHER, Mark W. Os pilares em ruína do templo de Westfália: implicações para a governança e a ordem internacional. In: CZMPIEL, Ernst-Otto; ROSENAU, James (Orgs). *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: UNB, 2000.

Recebido em 27/03/2020

Aprovado em 14/04/2021

Marcio Renan Hamel
E-mail: marcio@upf.br